ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

OUTRAS FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA: Direito à cidade e agroecologia a partir da produção do espaço nas ocupações urbanas .

Autores:
Izabella Galera - UFMG - izabella.galera@gmail.com
Helena D´Agosto Miguel Fonseca - UFMG - lelearq1@gmail.com

Resumo:

Este trabalho debate sobre a experiências da agroecologia nas ocupações urbanas como forma de resistir, vivenciar e desejar outro modelo de cidade. A partir de uma discussão crítica sobre os conceitos do direito à cidade e de formas autônomas de produção do espaço, entendendo as fissuras e insurgências como práticas contra-hegemônicas e de resistência ao neoliberalismo, procura-se discutir a agroecologia como centralidade dos saberes tradicionais, contrapondo às formas dominantes de produzir e disseminar o conhecimento. Este ensaio parte de uma aproximação com as ocupações da região da Izidora, em Belo Horizonte/MG, na qual uma das premissas é a inserção do pesquisador como agente que contribui para a luta do território, associando a pesquisa teórica da ação prática. Essa vivência torna-se indispensável para perceber que os quintais produtivos e os espaços de uso comum das ocupações refletem a possibilidade de outro fazer, calcado nos saberes tradicionais e na necessidade do encontro.

OUTRAS FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA:

Direito à cidade e agroecologia a partir da produção do espaço nas ocupações urbanas[1].

CONTEXTO DA AGROECOLOGIA NAS OCUPAÇÕES URBANAS

A cidade, desde seu princípio, já nasce como espaço privilegiado, que, para Léfèbvre (2000), é o lugar, por excelência, onde o trabalhador se vê dissociado da sua força de trabalho e daquilo que produz. Sendo assim, a cidade passa a ser determinada e produzida de uma forma hegemônica, onde a classe dominante exerce forte influência sobre o espaço urbano, principalmente pelo interesse econômico.

> "Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir do setor de habitat o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar." (LÉFÈBVRE, 2011, p.25)

Contudo, pode-se observar que o *locus* da pobreza na cidade, geralmente invisibilizado pelo poder público e visto como "não oficial" está em constante transformação, apoiado na autoconstrução e nas redes de solidariedade que substituem ou ocupam o papel que deveria ser do Estado. Entendem-se aqui também essas formas autônomas de produção do espaço como "fissuras" à lógica do capital, defendida por Holloway (2013) como,

> "o resultado de uma ação de enfrentamento, de uma resistência, e como construção de algo que seja diferente, levantando a noção de dignidade, no sentido em que a dignidade não esperará: a fissura é uma insubordinação aqui e agora, não um projeto para o futuro." (HOLLOWAY, 2013, p.28)

A apropriação do espaço, inserido nas ocupações urbanas, envolve uma criatividade que reflete uma nova forma de lidar e vivenciar esse espaço e se baseia, sobretudo, no valor

[1] Agradecimento às agências de fomento FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro.

de uso da terra, ainda que exista o valor de troca, e são ancoradas por um fazer diferente e desviante que emerge da vida cotidiana.

Nesse sentido, os quintais produtivos e os espaços de uso comum das ocupações refletem a possibilidade de outro fazer, calcado nos saberes tradicionais e na necessidade do encontro. As ocupações urbanas de Belo Horizonte são entendidas aqui como territórios de resistência, calcadas "em terrenos precários e condições sociopolíticas vulneráveis e até mesmo violentas" (MORADO NASCIMENTO, 2016, p.161). Surgem de forma espontânea e organizada junto a movimentos sociais e "se conformam em um movimento de liberdade para a criação de outra cidade, a partir do desentendimento que se tem ou não da cidade onde queremos viver ou da cidade que cotidianamente produzimos." (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 147).

Desse modo, acredita-se que essas ocupações urbanas reivindicam o direito de viver e usufruir da cidade, conforme aponta Léfèbvre (2011, p.117):

> "O direito à cidade não pode ser concebido com um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o "urbano", lugar do encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático sensível."

As pautas levantadas e reivindicadas pelos moradores são: permanência no território, acesso à moradia digna, à saúde, à rede de luz, à água, ao saneamento básico, ao lazer; e com a experiência da agroecologia dentro dos territórios, percebe-se um interesse intrínseco à vida cotidiana através da produção de alimentos nos quintais, trazendo consigo uma possibilidade de geração de renda. Ou seja, não acontece somente a autoprodução da moradia, mas também do alimento, tanto para fins de auto sustento, quanto pelo prazer de mexer com a terra.

Assim, este trabalho aborda parte de uma aproximação com as três ocupações urbanas da região da Izidora, em Belo Horizonte/MG, nas quais a ação prática e a vivência tornam-se indispensáveis para perceber que os quintais produtivos[2] (neste caso situado no

[2] Os quintais produtivos mencionados aqui estão espalhados por diversos territórios. Além das três Ocupações da Izidora: Rosa Leão, Esperança e Vitória, os quitais também são desenvolvidos na Ocupação Thomas Balduíno em Ribeirão das Neves, no bairro Ribeiro de Abreu e no Quilombo Mangueiras, no Assentamento do MST e na comunidade Rastafári Rootz Ativa. Todos esses sujeitos que consideramos revolucionários abrem seus quintais para ensinar e promover a agroecologia. Na experiência narrada neste artigo são considerados os quintais dos Promotores Agroecológicos, que são campesinos do campo e da cidade e que detém um grande conhecimento de produção de alimentos e de cuidado com a terra. Além disso, participam do 1° Curso de Promotores Agroecológicos - pensado dentro da Metodologia Social Campesina a Campesino (CaC) e executado por meio de facilitadores que se organizam coletivamente - os seguintes atores: Coletivo Agroecologia na Periferia, Rede de Intercâmbio em Sustentabilidade, ativistas e a SUSAN - Sub Secretaria de Segurança Alimentar que capitaneia o Projeto "Territórios Sustentáveis", atuando diretamente nas três ocupações da Izidora.

quintal da Ana e do Adão) e a experiência destes junto a agroecologia são formas de resistir, vivenciar e desejar outra cidade.

> "A experiência das ocupações traz consigo a prova de que a insubordinação à realidade capitalista deve se aliar à ação prática, à construção real, inclusive por, talvez, não haver outras alternativas de provisão habitacional aos moradores e por se tratar de algo que é maior do que uma experiência teórica de resistência." (SILVA, 2016, p.6)

Uma das premissas mais importantes desta experiência é estar inserida cotidianamente no território, buscando não falar sobre a ocupação, mas sim com a ocupação, ou como aponta Magnani (2012, p.249), "de perto e de dentro". Dessa forma, o intuito é sair do papel distante do pesquisador e inserir-se como agente que contribui para a luta, sem desassociar a pesquisa teórica da ação prática, aceitando assim os laços de afeto e companheirismo que se constituem no dia a dia.

AGROECOLOGIA COMO UMA PRÁTICA CONTRA-HEGEMÔNICA

O conceito de agroecologia surge no Brasil a partir da década de 1970 como uma prática contra-hegemônica e de resistência ao neoliberalismo, que aprofunda as desigualdades sócio-espaciais de forma violenta e opressora, sobretudo na última década. Tomada como um movimento político para a transformação ambiental, social e econômica, a agroecologia é caracterizada pela Associação Brasileira de Agroecologia como,

> "um conjunto de princípios, práticas e processos aplicados ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis e à reestruturação do sistema agroalimentar com base em princípios de sustentabilidade e justiça social. Estas mudanças envolvem não apenas transformações tecnológicas na agricultura, mas buscam também orientar um movimento mais amplo de reorganização dos processos sociais e ecológicos relacionados à produção e ao consumo de alimentos a partir de um enfoque agroecológico. A Agroecologia implica, portanto, em mudanças nas atitudes, valores e formas de organização dos atores sociais na conservação e manejo dos recursos naturais, na perspectiva de um bem viver, fomentando relações virtuosas entre a produção e o consumo, a conservação e o manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais a eles associados, o espaço urbano e o espaço rural." (ABA, 2017, p.1)

Assim, a agroecologia está relacionada a estilos de agriculturas mais sustentáveis e opera em uma lógica de tempo[3] oposto à produção massiva que visa somente a mais valia, respeitando, sobretudo o ciclo da natureza. Este processo consegue superar a forma linear e predatória de produção, pensando desde o cuidado com o solo e o respeito que advém de um saber popular e ancestral, o plantio a partir das sementes crioulas[4] e sua lógica de trocas, a produção com adubação e tratamento de pragas a partir da própria natureza, das formas de distribuição que operem em escala local como em feiras ou cestas, do consumo consciente e saudável e do descarte que gera o próprio adubo que fertiliza a terra no próximo ciclo.

Para além da produção de alimentos, a agroecologia opera dentro de três dimensões que se interseccionam: saúde, trabalho e preservação ambiental. A saúde se dá a partir da segurança e qualidade alimentar, o trabalho a partir da produção e geração de empregos e renda e a preservação ambiental no sentido de atuar em territórios que conservam seus recursos naturais para a produção e reprodução da vida. Além disso, a lógica de comunicação e produção de conhecimento se dá por outras formas de relacionamento com o meio vivido, fazendo com que seja considerada uma fissura aos modos hegemônicos de produção do espaço.

> "Um segundo aspecto destacado na literatura refere-se à multifuncionalidade da agricultura urbana, ressaltando-se os benefícios dessa prática no que se refere à segurança alimentar, nutrição e saúde da população urbana; à criação de oportunidades de trabalho e geração de renda, especialmente para grupos mais vulneráveis; à inclusão social de grupos desfavorecidos; ao desenvolvimento comunitário; à reciclagem de nutrientes (transformando resíduos urbanos recursos); e manutenção de espaços verdes urbanos. Há também um reconhecimento de potenciais efeitos adversos da agricultura urbana na saúde (associados, por exemplo, à irrigação de cultivos com águas residuais) e no ambiente (como a poluição de recursos hídricos por agrotóxicos e fertilizantes e destinação incorreta de resíduos), caso não sejam considerados os riscos associados e, consequentemente, não 69 forem implementadas medidas preventivas e de orientação adequada." (ALMEIDA, 2016 p.68)

Todo o processo de construção de um programa de agroecologia nas ocupações urbanas, que são bairros que estão em pleno processo de constituição, é radical por sua essência. Sua veia [aberta!] é decolonial, sobretudo por se basear em experiências e saberes práticos, vinculado com uma ação social coletiva, tendo como elemento estruturador e

[3] Os quintais são excelentes espaços que permitem relações entre humanos e plantas. Essas conexões têm revelado que plantar na cidade é um ato de subversão ao tempo urbano (ALMADA, 2010, p.21).

[4] Sementes crioulas são aquelas que carregam heranças de sabores e nutrientes, informações sobre cada clima, solo e manejo específico. Este manejo parte de uma sabedoria ancestral das guardiãs e guardiões das sementes, que coletivamente cultivam-nas de forma autônoma e saudável, misturando afetividade e afirmação política.

principal ator o campesinato[5], considerado um modo de vida com formas de produção que envolvem diversos grupos sociais com identidades culturais próprias.

No espaço urbano, as práticas agrícolas de resistência surgem em contraposição às práticas neoliberais, que fazem com que a produção da cidade aconteça de acordo com interesses hegemônicos. Essa "resistência histórica do campesinato aos avanços da agricultura industrial, do capitalismo e da globalização no campo, acontece não apenas com estratégias de defesa, mas também com respostas criativas."(ALMEIDA, 2016, p.134).

No neoliberalismo, o Estado mínimo e omisso em sua responsabilidade de garantir direitos sociais e de regular o capital, dá lugar à ação soberana do mercado (SANTOS, 1994) e a um Estado forte no papel de facilitador da lucratividade pelo setor financeiro e eficiente na promoção da divisão social, fazendo com que as políticas assegurem mais recursos para os ricos do que para os pobres (AALBERS, 2013).

Dessa forma, a cidade é tratada como negócio nas mãos dos detentores do monopólio da terra que a transformam em renda (CARLOS, 2015) e o uso do espaço, submetido à lógica da reprodução, transforma a prática social ao fragmentar o urbano em função de interesses privados na busca pela rentabilidade, comprometendo também os espaços para atividades agrícolas e para a produção de alimentos.

Sendo assim, a agroecologia pode ser caracterizada como uma fissura/prática insurgente, que, de acordo com Holloway (2013), é uma experiência – partindo de uma realidade concreta - que propõe outra prática ao sistema capitalista, em direção à autonomia e à auto-organização para além do Estado. As fissuras, representam uma negação das condições pré-estabelecidas e, sendo assim, sempre devem ser apoiadas por outro fazer, tratando-se de um movimento chamado de *contra-e-mais-além* e caracterizado como uma tentativa de criar algo diferente, de aprender na luta, de abrir caminho para a revolução (HOLLOWAY, 2013).

Por isso, pensar as fissuras em contraposição aos valores calcados sobre o individualismo, priorizando os processos e não os resultados imediatos (MORADO NASCIMENTO, 2016), abre caminho para a oportunidade de desafiar a lógica de dominação vigente na construção de "outra prática", na qual os sujeitos sejam atores e não objetos (DUSSEL, 2012). Além disso, mobilizações de "baixo para cima", "capacidades combinadas de intervenção espacial, empoderamento[6] social e crítica política" (DOWBOR, 2016, p.82) com visão prática e participativa podem levar ao questionamento do espaço mercantilizado neoliberal e a processos de construção da autonomia da população nos territórios urbanos.

Nessa perspectiva, as ações de cultivo de alimentos nas ocupações urbanas, através da agroecologia, podem configurar-se em práticas insurgentes e imaginativas, que

5 "O campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social, é uma forma de manejar os recursos naturais vinculado aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de campesinidade." (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.76, APUD ALMEIDA, 2016 p.85)

6 O empoderamento se refere ao reconhecimento de uma fonte objetiva de direitos e cidadania por parte do cidadão, que resulta na noção de poder subjetivo, que é o poder de mudar arranjos existentes (HOLSTON, 2013).

construam rupturas e produzam novas direções a um espaço novo não fixado, incentivando o associativismo no ganho de dimensão coletiva. Ademais, a noção de direito à cidade é mobilizada em diversas iniciativas que articulam a agricultura urbana e a agroecologia de três formas:

> "a defesa do uso agrícola da terra associada à crítica à manutenção de vazios urbanos e ao cumprimento da função social da terra; a intensificação do uso social da cidade, por meio de mais autonomia das ações coletivas como forças transformadoras do espaço cotidiano; bem como uma noção ampliada de direito à moradia que articula a melhoria da qualidade do ambiente no qual se insere." (ALMEIDA, 2016, p.190)

Os saberes historicamente construídos aportam diferentes formas de manejo e apropriação dos recursos naturais. A partir de práticas concretas de agricultura urbana e luta pelo direito à moradia, instiga-se pensar a proteção de bens comuns e a cidade como obra coletiva (ALMEIDA, 2016). Nesse sentido, a luta pela terra e pelo direito à vida urbana (para além da cidade) aponta novos paradigmas e se estabelecem dentro de uma lógica de cooperação e reciprocidade, que busca o fortalecimento da autonomia dos produtores e das famílias, bem como da produção e reprodução de sua base de recursos, que passa por revisitar as práticas tradicionais aliadas a processos territoriais contemporâneos, exercendo assim seu potencial transformador.

AGROECOLOGIA COMO UM QUEFAZER LIBERTADOR

Segundo Freire (2016), a autonomia é construída a partir das decisões que vão sendo tomadas em experiências variadas, considerando a verdadeira práxis aquela que constitui uma ação sobre a realidade e a reflexão sobre essa ação, pois a partir de uma reflexão crítica sobre a prática é possível melhorar a próxima prática. A agroecologia traz em sua essência a centralidade dos saberes tradicionais, que se contrapõem às formas hegemônicas e dominantes de produzir e disseminar o conhecimento.

As relações do homem com o mundo são dialéticas. Considerando que os dois são inacabados, o homem transforma o mundo e sofre os efeitos dessa transformação. Nesse sentido, a educação popular como um meio de diálogo faz com que a problematização e a crítica insiram o homem em sua realidade como sujeito da transformação, pois "a problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade." (FREIRE, 2015, p.111)

Dessa forma, os saberes tradicionais da prática agroecológica resistem às mudanças culturais em curso e às ameaças das monoculturas e da modernização da agricultura extensiva, pois consideram que manipular o homem para que se adapte à realidade sugere a existência de uma realidade acabada e estática (FREIRE, 2015). Nesse sentido, é fundamental considerar a agroecologia como uma prática micropolítica, de atuação no território local, de

formação e constituição do conhecimento, de empoderamento da população, de reconhecimento do saber tácito dos moradores, em contraposição à ações que "coisificam" o homem e o negam como transformador do mundo (FREIRE, 2015).

Assim, segundo Freire (2015), a educação popular deve ser uma prática da liberdade, fazendo com que os pontos de apoio técnicos só sejam justificáveis se utilizados em um quefazer libertador, que significa crer na ação do povo e dos homens simples e na comunhão de saberes em direção à conscientização sobre a práxis na busca pelas transformações radicais.

A agroecologia tomada como uma prática anti-hegemônica, caminha na direção contrária às práticas de dominação, de prescrição de resultados e de invasão cultural, que, segundo Freire (2015), refletem a visão de mundo daqueles que levam o conhecimento àqueles que supostamente não o tem.

> "O invasor reduz ao homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. As relações entre invasor e invadido, que são relações autoritárias, situam seus pólos em posições antagônicas. O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são "pensados" por "aqueles." (FREIRE, 2015, p.48)

Portanto, a agroecologia pode ser considerada uma prática de sustentabilidade ambiental, uma vez que preconiza o uso da terra, do meio ambiente e dos recursos naturais de forma consciente para que as gerações futuras tenham acesso a esses recursos; e uma prática de sustentabilidade social e econômica, já que constitui uma atividade de formação e constituição do conhecimento, de manutenção de saberes tradicionais, de busca pela autonomia alimentar e de redes de distribuição da produção através da venda em cestas e feiras.

DO QUINTAL AO CANTEIRO DE OBRAS: A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NA OCUPAÇÃO VITÓRIA, NA IZIDORA.

Diante do cenário de avanço da cidade neoliberal, que agrava as condições de acesso à cidade e à moradia às populações mais pobres, a vivência agroecológica na Ocupação Vitória, pretende elucidar as ideias expostas ao longo desta reflexão a partir de uma experiência prática no Quintal da Ana e do Adão e da Construção do Galpão Comunitário na

Ocupação, situada na Região da Izidora[7], em Belo Horizonte, entendendo-a como um lugar de promoção da agroecologia a partir do protagonismo dos próprios moradores.

A Ocupação Vitória, junto com as Ocupações Rosa Leão e Esperança, conformam as Ocupações da Izidora, região que faz divisa com o município de Santa Luzia, no vetor norte de Belo Horizonte[8]. Os territórios foram ocupados entre maio e junho de 2013 e hoje, residem no local, cerca de 8 mil famílias no total (uma média de 30.000 pessoas). Segundo o "Tribunal Internacional de Despejo"[9], o conflito fundiário na Izidora se configura como um dos maiores conflitos da América Latina.

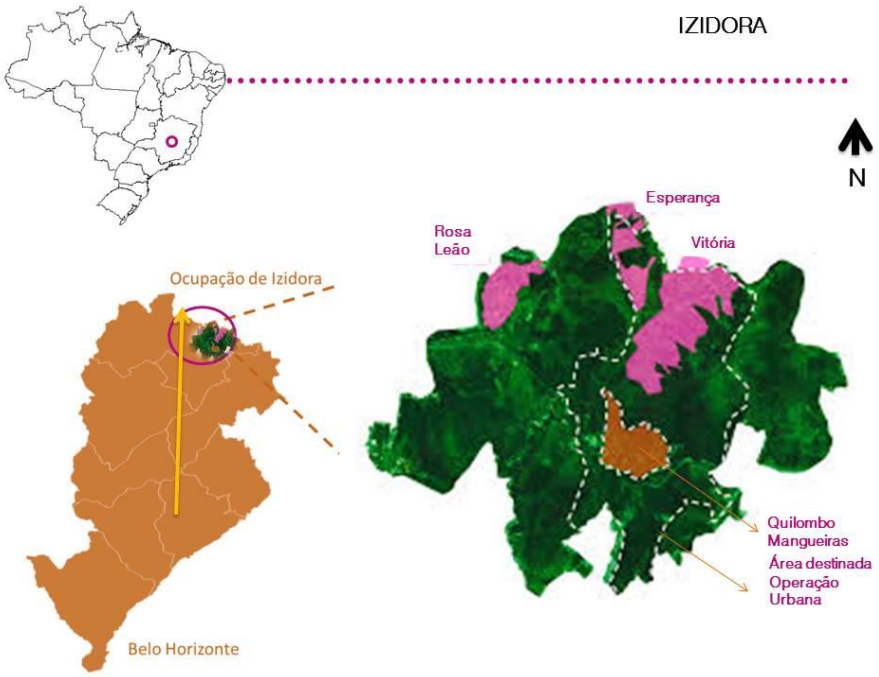

Figura 1: Localização da Região da Izidora.
Fonte: Indisciplinar: http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=696 - Adaptada pelas autoras

Nestes cinco anos de luta e resistência das ocupações, uma das estratégias para enfrentar a ameaça de despejo foi a criação de uma rede horizontal e aberta denominada *#ResisteIzidora*[10]. Esta rede se conforma por diversos agentes como moradores, movimentos

[7] A região é conhecida como Mata do Isidoro e Granja Werneck. Porém devido à pesquisa histórica, descobriu-se que quem cuidava e detinha o poder dessas terras era uma mulher chamada Izidora. A partir daí, os movimentos sociais e a rede de apoiadores passou a chamar a região de "Mata da Izidora", ou "Região da Izidora", que simboliza a luta e a mudança da relação com o lugar.

[8] O Vetor Norte de Belo Horizonte sofre um processo de expansão e especulação imobiliária a partir de grandes obras viárias, de adensamento e de inserção de grandes equipamentos urbanos.

[9] O "Tribunal Internacional de Despejo" ocorreu no espaço da Conferência das Nações Unidas Habitat III, em Quito, Equador, em outubro de 2016.

[10] Em 2015, quando Izidora sofreu uma ordem de despejo violenta, a Rede *#ResisteIzidora* se dividiu para ficar em vigília, junto aos moradores. Durante mais de 1 mês, muitos militantes e ativistas moraram tanto na praça central ao redor da fogueira, quanto na casa da Ana e do Adão e no antigo Galpão.

sociais, universidades, coletivos jurídicos e pessoas que não necessariamente estão vinculadas a alguma organização, mas simpatizam e apóiam a causa.

> "A região da Izidora, localizada no vetor norte da capital mineira, é alvo de emblemática disputa entre a apropriação do território pelo Estado-capital, mediada pela lógica privatista, e outras formas de produção do espaço, realizadas por comunidades tradicionais ligadas ao quilombo remanescente na área e ocupações urbanas de moradia, cuja produção do espaço passa pela ordem do comum." (INDISCIPLINAR, 2015, sem página)

Assim, as ocupações da região da Izidora configuram uma paisagem urbana construída por e para as maiorias, nas quais as contradições e as insurgências representam uma estratégia de combate micropolítico contra o neoliberalismo, prefigurando formas coletivas de existir, táticas de empoderamento, construção de contra-espaços e reposicionando seus protagonistas como sujeitos micropolíticos a partir de novas formas de organização sócio-política e de outras relações com os bens comuns, com os recursos e com a natureza.

O conflito da Izidora é emblemático, pois consegue resistir a um projeto milionário organizado via Operação Urbana Simplificada denominado Empreendimento Granja Wernek, que planejava a construção de um novo núcleo de moradias para atender a demanda do mercado imobiliário visando aquecer ainda mais a especulação imobiliária na região norte de Belo Horizonte. Foi, a partir da ocupação espontânea nos três territórios, consolidando os bairros Rosa Leão, Esperança e Vitória, que os interesses[11] do capital imobiliário foram travados, juntamente com uma rede de apoio que se organizou em torno deste conflito (INDISCIPLINAR, 2015).

A partir da rede *#ResisteIzidora* [12], alguns movimentos como as Brigadas Populares[13] e o Coletivo Agroecologia na Periferia[14] vem trabalhando com a estratégia de operar na

[11] "O interesse de preservação ambiental evidenciado pelas características da região foi oficializado por leis municipais que a demarcaram como Área de Diretrizes Especiais (ADE Isidoro, Lei Municipal 8.137/2000) e determinaram usos restritos que se querem compatíveis com a sua proteção sustentável. Ocorre que, paralelo ao interesse público de ordenação protetiva desse espaço, está o interesse do mercado imobiliário de se apropriar da última grande área não parcelada em Belo Horizonte. Interesse este que encontra amparo e proteção legal, num emaranhado ambíguo de legislações que buscam combinar proteção ambiental, urbanização técnica e social, habitação social e obras de infraestrutura, para proveito unilateral do mercado imobiliário." (INDISCIPLINAR, 2015, sem página)

[12] Os movimentos que estão diretamente ligados na luta da Izidora são: as Brigadas Populares, o MLB (Movimento de Luta por Bairros, Vilas e Favelas), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o Escritório de Integração da PUC- Minas, o coletivo de Advogadas Populares Margarida Alves, Indisciplinar e vários ativistas e pesquisadores que fortalecem a resistência.

[13] As Brigadas Populares são uma organização de caráter nacional, popular e socialista que busca contribuir para a formação de um amplo campo político que seja alternativa real de emancipação do povo brasileiro, tornando visíveis as lutas populares e fazendo frente ao Estado capitalista vigente no país.

[14] O coletivo Agroecologia na Periferia faz parte da rede *#ResisteIzidora* e tem apoiado os moradores da Ocupação Vitória para a reconstrução do galpão. "O objetivo atual do coletivo é contribuir com a emancipação das comunidades e com a permanência das famílias nos territórios das ocupações urbanas através do fomento à agroecologia e de uma práxis constante e respeitosa, promovendo encontros, mutirões e vivências para compartilhar conhecimentos, tecnologias sociais produtivas e de saneamento e fortalecer redes, motivados pela fé e amor pelas pessoas e pela terra." (AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2018, sem página)

organização de base, a partir da construção e fortalecimento de espaços coletivos e de relações comunitárias e formações que venham a estabelecer um processo emancipatório a partir das potencialidades que emergem do lugar. O coletivo Agroecologia na Periferia atua nas ocupações da Izidora desde 2014 e iniciou sua experiência no quintal do Adão e da Ana, expandido suas atividades para um grupo de moradores que participam de oficinas, troca de saberes, avaliações e planejamento, não só na Ocupação Vitória, mas também nas Ocupações Esperança e Rosa Leão e na Ocupação Thomas Balduino, em Ribeirão das Neves, MG.

Sob esta perspectiva, o coletivo entende que a agroecologia é uma forma de resistir e produzir outro tipo de cidade, a partir de uma relação com a terra para além de uma relação com a moradia, na qual o espaço é ocupado para viver, produzir e reproduzir a vida, subsistir e trabalhar. Pensa-se assim, em uma reforma urbana popular que supere a dicotomia rural-urbana a partir de práticas concretas que compõem com muita força a defesa das famílias no território da Izidora.

Estas atividades tem um alto grau de importância, pois extrapolam a dimensão do conflito fundiário através da constituição de territórios a partir de trabalhos de base de forma contínua, enfoque que ganha força apoiado em trabalhos comunais, como: a cooperativa de costura, que trabalha a emancipação das mulheres, os espaços comunitários nos quais ocorrem cursinhos populares, a rádio, a biblioteca, as festas comunitárias e a própria agroecologia, que se conforma para potencializar não só o cultivo da terra, mas o cultivo de laços de afeto.

> "O projeto Agroecologia na Periferia, desenvolvido pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), tem como objetivo promover o desenvolvimento socioambiental em comunidades periféricas e o fortalecimento da rede de agricultura urbana da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte), por meio de oficinas de capacitações, mutirões e intercâmbios com foco na agroecologia para garantir o direito à cidades sustentáveis." (AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2017, sem página)

Diante deste contexto, entre 2014 e 2015 o Galpão da Ocupação Vitória foi construído nos fundos do Quintal da Ana e do Adão, junto ao terreno que pertencia ao Cadu[15], para receber o Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros. Desde então, o espaço tem sido o principal local de acolhimento e encontro para a prática de várias atividades da comunidade, como oficinas, trocas de saberes, reuniões, mutirões e festas, representando claramente um território de uso e produção do comum com a característica de ser um lugar de discussão altamente engajada. Nesse sentido,

> "o galpão cumpre um importante papel para a organização comunitária, fortalecimento da luta pela permanência no território, geração de renda, educação ambiental, promoção da agroecologia, troca de saberes e articulação política." (AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, 2018, sem página)

[15] Cadu , Ricardo de Freitas Miranda, foi líder comunitário da Ocupação Vitória, assassinado no final de 2015.

Assim, unindo os princípios abordados pela agroecologia com a demanda de reconstruir o madeiramento do antigo galpão, que não suportou o desgaste do tempo e, também, de erguer um banheiro e uma cozinha comunitária, priorizando um processo participativo, horizontal e coletivo e utilizando técnicas alternativas, tornou-se fundamental reutilizar madeiras que foram doadas pelo Espaço Comum Luiz Estrela[16], pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional[17] e pela Fundação de Parques Municipais.

Figura 2: Horta e antigo Galpão.
Fonte: Agroecologia na periferia. Disponível em: https://www.vakinha.com.br/vaquinha/re-construcao-do-galpao-na-ocupacao-vitoria-izidora. Acesso 13 de junho de 2018.

Ao assumir o conhecimento tácito da autoconstrução, a estrutura autônoma dos coletivos e a vontade do fazer em comunhão, buscou-se a união do conhecimento técnico científico com o conhecimento experiencial para transformar o espaço, os apoiadores e os próprios moradores, a partir do entendimento de que o espaço é inacabado e produto de inter-relações, o que torna potente o processo de construir coletivamente. Conforme aponta Freire (2015, p.43), “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o 'pronunciam', isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”.

Cabe destacar aqui, que a autoconstrução no Brasil está amplamente presente na realidade das cidades, não só no âmbito privado da moradia em si, mas em toda a infraestrutura urbana e nos espaços de uso comum. Configura-se como um trabalho, na maioria dos casos, coletivo e amparado principalmente pela mão de obra familiar e da vizinhança. Nesse sentido, as premissas almejadas na reconstrução do galpão foram: o compartilhamento do saber prático e técnico, o diálogo para fomentar a replicação de

[16] O Espaço Comum Luiz Estrela é uma ocupação de um edifício tombado pelo Patrimônio Histórico em Belo Horizonte que tem forte relação com as ocupações urbanas para fins de moradia.
[17] Inserida como apoiadora do processo a partir do Projeto Territórios Sustentáveis.

tecnologias sociais de produção agroecológica, o saneamento básico e a construção de baixo impacto, com o objetivo de ser um lugar de referência e aprendizado.

Uma das primeiras dinâmicas feitas para entender o que era desejado para o galpão foi o “mapeamento dos sonhos”, onde as vivências compartilhadas no local deram ideia de que espaço precisaria e onde seria a melhor localização, principalmente devido ao tratamento de esgoto e a relação com a horta. Além do espaço para reuniões e encontros, há a proposta da construção de dois banheiros, local para ducha e uma cozinha comum, o que inclui a fossa ecológica com diferentes formas de tratamento[18].

Em nenhum momento houve uma prescrição do projeto e um desenho pronto do galpão feito a priori pelos técnicos. As decisões sobre a divisão dos espaços foram sendo tomadas no momento do mutirão. Através de desenhos feitos no papel e no chão, os espaços foram divididos e definidos e o galpão foi imaginado de forma coletiva.

Isso coloca a experiência em uma situação multi espaço-temporal, na qual se pensa e sonha o futuro, em nível de projeto, e faz-se, apropria-se e usufrui no presente. Essas escalas espaciais são entendidas por Léfèbvre (2016) como: Espaço Social, que seria o espaço construído, produzido e projetado; Espaço Mental, que seria o espaço percebido, concebido e representado; e o Espaço Vivido, entendido como a construção, a vivência e a transformação do espaço. A relação dialética dessas formas de considerar o espaço é apontado por Léfèbvre (2000) como “Espaço Diferencial”, que representa a transformação do espaço a partir do cotidiano, gerando diversas apropriações e heterotopias[19].

A obra do galpão apresenta uma imediatez que traz à tona questões muito práticas e de tomada de decisão, como o local para as madeiras, a organização do canteiro, quais materiais serão necessários para a próxima semana e onde e quem fica responsável por cada tarefa. Porém, nunca se perde de vista aquilo que é sonhado para um futuro próximo, a avaliação sobre as ações e a vida que é partilhada neste processo, como o almoço da Ana no fogão à lenha e na salada e temperos tirados do quintal do "Dão". Esta aceitação dos múltiplos tempos que se atravessam e a prática de agir e refletir sobre as ações é defendida por Freire (2015) como o tempo da verdadeira práxis.

O início da obra partiu da escavação dos buracos para assentar a estrutura de madeira em uma forma retangular de 6,0mx9,0m, seguindo a mesma disposição do galpão antigo, porém mais larga. Neste mesmo momento da obra, a resolução das distâncias e os próximos passos foram resolvidos coletivamente: como seria o travamento da estrutura, quantas telhas seriam necessárias, onde seria a estrutura do banheiro e qual seria o tamanho, o que fez com que fossem coletadas várias diretrizes que fizeram com que um esboço inicial fosse para o papel. O projeto com medidas mais específicas serviu principalmente para quantificar o material e os custos da obra, uma vez que uma campanha de arrecadação online foi lançada em março de 2018 para executar a obra.

[18] Será feita uma fossa biodigestora com 6 bombonas para atender a casa do Adão e da Ana e o banheiro do galpão e um tanque de evapotranspiração coletivo, que tratará o esgoto do galpão e mais 4 casas vizinhas, além do círculo de bananeiras para águas cinzas.

[19] A palavra heterotopia vem da junção de hetero (diferente, outro) e topos (lugar). São nesses espaços que estão contidos os conflitos e comportamentos fora do padrão hegemônico e socialmente aceitos. É o lugar do desvio, da diferença.

Não houve, em nenhum momento, dificuldade para visualizar o espaço que ali estava sendo imaginado, principalmente por um conhecimento prático da construção civil e pela utilização de maquetes para entender a estrutura e o telhado, a perspectiva em 3D para entender as cores, formas e níveis e o desenho técnico para quantificar material e definir as medidas, não perdendo de vista que as escolhas aconteceriam por meio de conversas coletivas, etapa por etapa, pois, segundo Freire (2015, p.85),

> "o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', mas um 'pensamos'. É o 'pensamos' que estabelece o 'penso', e não o contrário."

Figura 3: Mutirão de fixação da estrutura.
Fonte: Foto de arquivo pessoal.

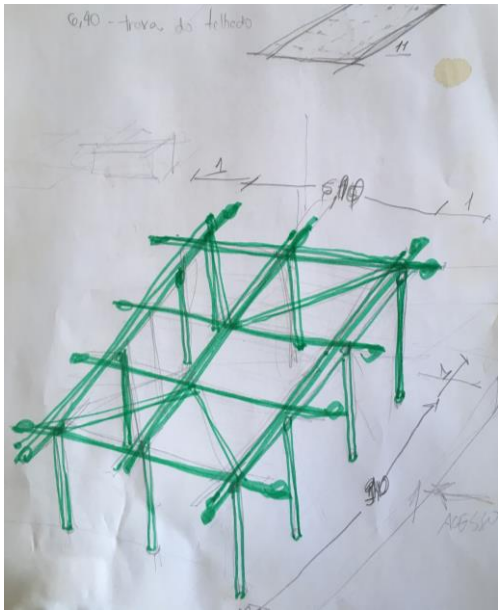

Figura 4: Croqui da estrutura do galpão.
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 5: Conversa sobre o galpão com maquete.
Fonte: Foto de arquivo pessoal.

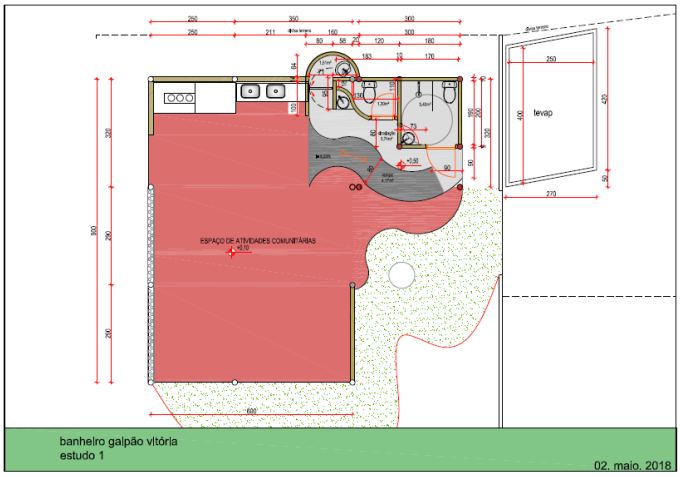

Figura 6: Planta baixa do projeto do galpão.
Fonte: Arquivo pessoal. Elaborada por Izabella Galera.

O foco inicial da obra era terminar o banheiro e a cobertura do galpão para receber o ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2018 em Belo Horizonte. Como uma das vivências do Encontro foi a visita aos Quintais Produtivos do Adão e do Virgílio, havia a vontade de ter o processo da obra em andamento com uma certa etapa já superada.

Porém, assim como cultivar é saber esperar e entender os ciclos e as estações para além do tempo cronometrado e da urgência, o processo de construção coletiva também não opera somente com o planejamento do calendário. A estrutura do banheiro e os pontos hidráulicos foram preparados e os buracos da fossa biogestora e do Tevap[20] foram cavados, no entanto, os convidados do ENA foram recebidos em meio as madeiras empilhadas, metade da cobertura coberta com chitas e o banheiro em processo.

Apesar disso, nada afetou o compartilhamento e o reconhecimento das lutas pelo direito à terra, ao território e à cidade. No dia 02 de junho de 2018 a vivência nos quintais da Izidora partilharam com produtores rurais de toda a América Latina, militantes, estudantes e moradores da ocupação, saberes locais que aproximam as pessoas através agroecologia e das lutas por justiça sócioespacial.

Figura 7: Encontro Nacional de Agroecologia na Izidora.
Fonte: Foto de Juliana Afonso (Agroecologia na Periferia).

Após o ENA, aconteceram Oficinas de Saneamento Ambiental, no dia 18 de junho de 2018 com a oficina da Fossa Biodigestora e posteriormente do Tevap e do círculo de bananeiras. Estas oficinas aconteceram com moradores das ocupações da Izidora e Thomas Balduino, estudantes de arquitetura e apoiadores, com o propósito de que a experiência fosse replicada em outros territórios. Em outubro de 2018 a obra se encontrava na fase de

[20] O Tanque de Evapotranspiração (Tevap) é um sistema de tratamento e reaproveitamento dos nutrientes do efluente proveniente do vaso sanitário.

impermeabilização do Tevap e do tratamento das águas cinzas com o círculo de bananeiras, atividades que vem sendo realizadas a partir de oficinas.

Figura 8: Oficina de Saneamento Ambiental.
Fonte: Foto de Lucas Bois (Agroecologia na Periferia).

Figura 9: Mutirão para nivelamento do Tanque de Evapotranspiração.
Fonte: Agroecologia na Periferia.

Diante do exposto, torna-se importante ressaltar que o processo de saneamento ambiental proposto inicialmente com o tratamento do esgoto apenas para o banheiro do galpão comunitário e do esgosto da casa da Ana e do Adão através de fossas foi expandido, pois, após uma conversa com os moradores, todos apresentaram interesse em tratar o

esgoto de forma alternativa, fazendo com que o dimensionamento do projeto fosse alterado e, conseqüentemente, que fossem envolvidos mais moradores na construção do galpão. Dessa forma, em meio ao processo de construção e de trocas, o galpão comunitário extrapolou sua escala do "terreno para dentro" e vem motivando um modelo coletivo de tratamento alternativo de esgoto, beneficiando parte de uma quadra da ocupação.

Vale lembrar que o bairro/ocupação Vitória (assim como Rosa Leão e Esperança) ainda não tem acesso a água, esgoto, luz, asfalto, escolas e postos de saúde. Ou seja, nenhum direito fundamental está garantido em um território onde vivem mais de 2.500 famílias. Isso reforça a importância de propiciar outras formas de produção de infra-estrutura urbana que sejam menos impactantes e possam servir de modelo para uma política pública que atenda à totalidade do território, já que o processo de regularização fundiária da Izidora já está em curso.

A obra do Galpão Cumunitário caracteriza-se por um processo que tem momentos de aceleração e calmaria. Não existe um prazo urgente para seu término, o que faz com que a construção possa ser vivenciada com mais calma e cuidado, apesar de algumas demandas necessitarem de finalização devido à época de chuvas, como, por exemplo, o Tanque de Evapotranspiração e o reforço do telhado. Os materiais que serão utilizados no fechamento do galpão não foram pré-determinados no projeto, o que permite que sejam utilizadas tecnologias alternativas e disponíveis próximas à construção. Oficinas de bambu e de adobe serão planejadas para fazer o fechamento das paredes e o forro do telhado. Além disso, acontecerão ainda os mutirões para reforçar a estrutura de madeira e fazer o mezanino que servirá de apoio para a caixa d'água, um aquecedor solar de baixo custo[21] que será produzido pelo "Dão" e um mirante.

Ainda que com alguns princípios normativos, a possibilidade de cruzar diferentes formas de construir: por mutirão, por empreitada e por oficinas, constitui um processo de transformação que se dá de forma aberta, horizontal e se abre para o inesperado e o novo. Nesse sentido um dos maiores ganhos desse trabalho coletivo que acontece com os pés na terra é a construção de uma autonomia individual e coletiva e de um processo de conscientização que se estabelece "dialogicamente, e, portanto, sem excluir a comunhão e a troca, conscientizar é um verbo em que à voz reflexiva deve ser conferido particular relevo: conscientizar-se." (SOUZA, 2006, p.295)

Ademais, esse processo de construção do galpão é conjugado ao Curso de Promotores e Promotoras Agroecológicos, inserido dentro do Projeto Territórios Sustentáveis. Esse curso é baseado na Metodologia Campesina e Campesino (CaC), fortemente difundida em Cuba nos anos de 1990. Dentre os principais fundamentos dessa metodologia social, há a ideia de começar devagar e aos poucos, experimentar em pequena escala e com poucas tecnologias por vez, atingir um efeito rápido e reconhecível com um propósito multiplicador.

[21] Em 2016 houve uma série de oficinas de como produzir aquecedor solar de baixo custo, fomentando que os participantes pudessem ter aquecimento solar nas próprias residências e oferecer o serviço para outros locais também, como é o caso do Galpão.

As ferramentas de ensino constituem-se basicamente no quintal ou área produtiva e nas oficinas de formação e capacitação. O curso trabalha com a metodologia da Educação Popular, centrada nas reflexões de Paulo Freire, fomentando a troca de saberes, a elaboração conjunta de perguntas e respostas, a capacitação efetiva dos promotores e a capacidade de replicar essa capacitação em outros territórios.

Nesse processo de ensino e aprendizagem, tanto o Quintal do Adão e da Ana, quanto o Galpão Comunitário se configuram como laboratório e sala de aula e tem a capacidade de replicar o conhecimento ali transmitido. É, por esse contexto, que essa experiência pode fomentar outros processos territoriais, como um meio de difusão da agroecologia a partir da produção de conhecimento coletivo que é protagonizado pelos moradores da ocupação.

REFLEXÕES PARA UM PRÓXIMO DIÁLOGO

> "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão." (FREIRE, 1987, p.52)

O Galpão da Ocupação Vitória na Izidora materializa a ideia da agroecologia como forma de empoderamento da população do local em torno de uma prática política, afetiva e de afirmação da permanência no território. Além disso, evidencia uma prática alternativa às práticas neoliberais em curso, priorizando um fazer coletivo e horizontal em torno da relação com a terra.

Diante desse contexto, deve-se reconhecer que esse processo territorial é construído de forma concreta e baseado na luta cotidiana, tendo como foco a autonomia (individual e coletiva) que se opõe, fundamentalmente, ao agronegócio e opera em redes. A ideia de trabalhar em rede busca fortalecer processos de formação e construção territorial a partir da interdependência entre os atores, promovendo atividades de autosustentação com base em saberes ancestrais. Nessa perspectiva, vale reforçar que para os movimentos sociais a agroecologia se mostra como uma valiosa herança dos povos do campo e dos povos indígenas e quilombolas.

Essas práticas se dão de maneira autônoma e autogestionada, conformadas nos insterstícios da sociedade, despertando assim, práticas que se constituem como forma de resistência e que conseguem afirmar a importância dos saberes tradicionais e do conhecimento cotidiano na produção de um espaço diferencial. Nesse sentido entende-se que,

> "a autonomia não é uma seita, uma ideologia ou uma agrupação política, mas sim um caminho de luta. Implica um modo de estar no mundo, um uso intensivo da criatividade e da imaginação com profundas implicações políticas, filosóficas e existenciais." (ENCINA; EZEIZA; SANCHES, 2017, p.24, traduzido pelas autoras).

O caminho percorrido até aqui ao longo dessa discussão, através do exemplo da construção do galpão que tem como objetivo final abrigar um quintal agroecológico, aponta para a importância de caminhar no sentido de uma práxis compartilhada e sustentável. Assim, cabe ressaltar que os quintais produtivos são espaços "onde a ciência e saberes populares se abraçam. Nas idas e vindas pessoas aprendem e ensinam, levam no balaio fûlor cheirosa, doces e estórias que iluminam o caminhar." (SILVA, 2015, p.10).

Esse quintal se conforma como um "espaço de aprendizagem na construção e transformação dos saberes ecológicos, tendo em vista que fatores socioculturais influenciam diretamente no sistema de manejo" (SILVA, 2015, p.11). No caso da Izidora, ao reunir em um mesmo solo, o quintal do Adão e o galpão comunitário, a dicotomia entre âmbito doméstico/privado e o âmbito público é extrapolada, transbordando para uma partilha comum, que Rancière (2009) denomina "Partilha do Sensível".

Essa partilha acontece a partir de atos estéticos que se configuram como experiências no tempo-espaço e produzem espaço a partir das subjetividades. Partilha, para o autor, representa, ao mesmo tempo, a participação em conjunto e a construção comum e a separação e distribuição igualitária do quinhão que, produzido coletivamente, será partilhado entre o grupo. Segundo esse pressuposto, "uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas." (RANCIÈRE, 2009, p.15).

Logo, práticas que se pretendem horizontais, coletivas e anti-hegemônicas, como a agroecologia em territórios de ocupações urbanas, não são compatíveis com a perspectiva de messianismos, superioridade, imposição, elitismo autoritário e treinamento pragmático. Ainda que sejam naturais as preocupações particulares de cada indivíduo, "a assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros." (FREIRE, 2016, p.42). Uma das tarefas mais importantes desta prática política, educativa, crítica e reflexiva é fazer com que as relações de uns com os outros passem pela experiência de assunção do sujeito como um ser "social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar." (FREIRE, 2016, p.42).

Diante de experiências tão potentes como as que acontecem a partir da agroecologia e das ocupações urbanas, ficam os desafios para que essas práticas partam do gesto de levantar a cabeça, conversar olhando nos olhos, superar constrangimentos e aceitar as diferenças que fazem a diversidade. Educar é construir e construir é aprender na prática, resistindo e criando outras formas de existência, que seguem cotidianamente na busca pela alegria e boniteza.

REFERÊNCIAS

AALBERS, M. Neoliberalism is dead... Long live neoliberalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 3, mai. 2013, p. 1083-1090.

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. *Aspectos Conceituais sobre a Agroecologia*. 2017. Disponível em: http://agroecologia2017.com/ASPECTOS_CONCEITUAIS_SOBRE_AGROECOLOGIA.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2018.

ALMADA, E. D. Sóciobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades. In**:** *Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia***.** Campinas, SP, v. 5, 2010, p. 1-25.

ALMEIDA, D. A. O. *Isto e Aquilo*: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, 439 f.

AGROECOLOGIA NA PERIFERIA. *Re-construção do galpão na Ocupação Vitória – Izidora*, 2018. Disponível em: https://www.vakinha.com.br/vaquinha/re-construcao-do-galpao-na-ocupacao-vitoria-izidora. Acesso em: 13 de junho de 2018.

AGROECOLOGIA NA PERIFERIA. *Agroecologia na Periferia – Uma comunidade unida e produtiva*, 2017. Disponível em: http://www.casa.org.br/pt/2017/04/11/agroecologia-na-periferia-uma-comunidade-unida-e-produtiva/). Acesso em: 14 de junho de 2018.

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHO, D.; ALVAREZ, I. P. *A cidade como negócio*. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 43-63.

DOWBOR, L. O poder local. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n° 09, 2016, p. 76-85.

DUSSEL, E. *El giro descolonizador*. (Transcrição). Entrevista concedida para os grupos NorLarNet e CROP na Noruega em 18 de abril de 2012. Disponível em: http://marcelogfernandez.blogspot.com.br/2014/09/enrique-dussel-el-girodescolonizador.html, Acesso em: maio de 2017.

ENCINA, J.; EZEIZA, A.; SANCHES, A. V. *Autogestión, autonomía e interdependencia*. Construyendo colectivamente lo común en el disenso. Volapük Ediciones - UNILCO espacio nómada - Colectivo de Ilusionistas Sociales - Seminario de Ilusionistas Sociales. Guadalajara, octubre 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 53ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLLOWAY, J. Fissuras: a antipolítica da dignidade. In: *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013. p. 19-48.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INDISCIPLINAR. *A operação urbana do Isidoro.* Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=822. Acesso em: maio de 2017.

INDISCIPLINAR. *Operações Urbanas.* Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=998. Acesso em: maio de 2017.

LÉFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LÉFÈBVRE, H. *La production de l'espace***.** Paris: Anthropos, 2000 [1974].

LÉFÈBVRE, H. *Espaço e Política. O direito à cidade II*. 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MAGNANI, J. G. C. *Da periferia ao centro:* trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, NAU, 2012.

MORADO NASCIMENTO, D. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 35, 2016, p. 145-164.

RANCIÈRE. J. *A partilha do sensível:* estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SILVA, I. V. L. *Quintais Urbanos*: Saberes, memórias e resistência. Monografia (Licenciatura em Biologia). Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité, 2015, 81 f.

SILVA, J. M. C. *O Papel do Arquiteto e Urbanista na Construção Autogestionária*: Um Estudo Sobre a Prática de Assessoria Técnica na Ocupação Novo Horizonte. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Instituto Metodista Izabela Hendrix, Belo Horizonte, 2016.

SOUZA, M. L. *A prisão e a ágora*: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 632p.